

RECURSO ESPECIAL Nº 1.747.564 - SP (2018/0143177-4)

RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : THERESINHA MARGARIDA PARICE
ADVOGADO : FABIANO CORRÊA PEREIRA E OUTRO(S) - SP237321

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por THERESINHA MARGARIDA PARICE com fundamento no art. 105, III, c, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO, assim ementado, *in verbis*:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REMESSA OFICIAL. PENSÃO POR MORTE. QUALIDADE DE SEGURADO DO DE CUJUS NA DATA DO ÓBITO NÃO COMPROVADA. TRABALHADOR URBANO. REQUISITO INDISPENSÁVEL. PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO CUMPRIDOS OS REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO DE APOSENTADORIA ANTES DO FALECIMENTO. REFILIAÇÃO OPORTUNISTA. AUSÊNCIA DE BOA -FÉ OBJETIVA. TUTELA ESPECÍFICA CASSADA.

- Considerando que a r. sentença foi publicada na vigência do CPC/1973, não se aplicam) as novas regras previstas no artigo 496 e §§ do Novo CPC. Deste. modo, apesar de ter sido proferida a sentença após a vigência da alteração do artigo 475, § 2º, do CPC/1973 pela Lei n.10.352/2001, que afasta a exigência do duplo grau de jurisdição quando a condenação for inferior a 60 (sessenta) salários -mínimos, conheço da remessa oficial, por não haver valor certo a ser considerado, na forma da súmula n" 490 do STJ.

- Para a obtenção da pensão por morte são necessários os seguintes requisitos: condição de dependente e qualidade de segurado do falecido.

- A exigência de vinculação à previdência social, no presente caso, é regra de proteção do sistema, que é contributivo, consoante a regra expressa do artigo 201, caput, da CF/88.

- O de cujus faleceu em 02/11/2006 e nessa época não mantinha vínculo com a previdência social.

- Seu último vínculo empregatício deu-se entre 21/11/1981 e 15/02/1983. Posteriormente, conforme as anotações constantes do CNIS, foram recolhidas contribuições previdenciárias na condição de contribuinte individual de 05/1987 a 02/1989; de 04/1989 a 11/1989 e de 02/1990 a 12/1990, e como contribuinte facultativo no interregno de 11/2005 a 02/2006 (f. 23/33). Havia, assim, perdido a qualidade de segurado, na forma do artigo 15, VI e § 4º da Lei nº 8.213/91.

- No sentido da necessidade de se observar a qualidade de segurado quando da apreciação da pensão por morte, a Terceira Seção do egrégio Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n. 1.110.565/SE, submetido ao rito do artigo 543-C do CPC, fixou o entendimento de que o deferimento do benefício de pensão por morte está condicionado ao cumprimento da condição de segurado do falecido, salvo na hipótese prevista na Súmula n. 416/STJ.

- De igual modo, não restou demonstrado o preenchimento, pelo falecido, dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria, seja por idade, seja por invalidez ou tempo de serviço, o que lhe garantiria a aplicação do artigo 102 da Lei n. 8.213/91.

- Por fim, resta patente que a refiliação deu-se com ausência de boa fé objetiva (artigo 422 do Código Civil), pois realizada com o escopo único de gerar a pensão por morte, depois de mais de década sem contribuir à previdência social. A boa-fé objetiva deve permear todas as relações judiciais, inclusive as mantidas com o INSS, sob pena de desvirtuamento do sistema de proteção social.

- Invertida a sucumbência, condeno a parte autora a pagar custas processuais e honorários de advogado, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, na forma do artigo 85, § 4º, III, do Novo CPC, mas fica suspensa a exigibilidade, segundo a regra do artigo 98, § 3º, do mesmo código, por ser a parte autora beneficiária da justiça gratuita.

- Ademais, considerando que a apelação foi interposta antes da vigência do Novo CPC, não incide ao presente caso a regra de seu artigo 85, §§ 1º e 11, que determina a majoração dos honorários de advogado em instância recursal.

- Revogação da tutela antecipatória de urgência concedida.

- Apelação e remessa oficial providas. Sentença reformada.

Os embargos de declaração interpostos foram parcialmente providos, tão somente para correção de erro material no acórdão recorrido.

No presente recurso especial, a recorrente aponta como violado o art. 496, § 3º, do CPC/2015. Sustenta, em síntese, que a data de encaminhamento dos autos ao Tribunal é a que define a aplicação da legislação processual. Assim, tendo os autos sido encaminhados ao Tribunal em data posterior à vigência do CPC/2015, está deve ser a legislação processual a ser aplicada. Assevera, que, no caso dos autos, como o valor econômico da causa não ultrapassa mil salários mínimos, não estaria sujeita à reexame necessário.

Alega que a recorrente era casada com o *de cujus*, o que presume a sua dependência econômica.

Pontua sobre eventual intempestividade da apelação interposta pela autarquia previdenciária.

Assevera que o *de cujus* era filiado e inscrito no RGPS. Antes de seu falecimento, solicitou o benefício previdenciário junto ao INSS, quando ainda estava internado para tratamento de saúde, sem que houvesse sido realizada perícia.

É o relatório. Decido.

O Plenário deste Superior Tribunal de Justiça, na sessão realizada em 9/3/2016, consignou que "o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado" (REsp 1638772/SC, Rel.

Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 26/4/2019).

Naquela oportunidade, restou consignado no enunciado administrativo de n. 2 que os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 são aqueles relativos às decisões publicadas até 18 de março de 2016. E que esses deverão observar, em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos, as regras do Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultra-atividade.

Assim, sendo a sentença publicada em 13/01/2016, conforme certidão de fl. 207, a legislação processual aplicável é a prevista no CPC/1973.

Ademais, o reexame do acórdão recorrido, em confronto com as razões do recurso especial, revela que o fundamento apresentado naquele julgado, acerca da aplicação da Súmula 490/STJ, utilizado de forma suficiente para manter a decisão proferida no Tribunal *a quo*, não foi rebatido no apelo nobre, o que atrai os óbices das Súmulas n. 283 e 284, ambas do STF, *in verbis*:

Súmula n. 283.

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.

Súmula n. 284

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

No que tange às demais matérias discutidas no recurso especial, esclareça-se que a competência do Superior Tribunal de Justiça, na via do recurso especial, encontra-se vinculada à interpretação e à uniformização do direito infraconstitucional federal.

Nesse contexto, impõe-se não apenas a correta indicação dos dispositivos legais federais supostamente contrariados pelo Tribunal *a quo*, mas também a delimitação da violação da matéria inculpada nos regramentos indicados, para que, assim, seja viabilizando o necessário confronto interpretativo e, conseqüentemente, o cumprimento da incumbência constitucional revelada com a uniformização do direito infraconstitucional sob exame.

Dessa forma, verificado que o recorrente deixou de indicar com precisão quais os dispositivos legais que teriam sido violados, apresenta-se evidente a deficiência do pleito recursal, atraindo o teor da Súmula n. 284 do STF.

Acerca do assunto, destaco os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO TIDO POR VIOLADO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 284/STF. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. NECESSIDADE DE REEXAME DOS FATOS E DAS PROVAS. INCIDÊNCIA. SÚMULA 7/STJ.

1. "A via estreita do recurso especial exige a demonstração inequívoca da ofensa ao dispositivo inquinado como violado, bem como a sua particularização, a fim de possibilitar o seu exame em conjunto com o decidido nos autos, sendo certo que a falta de indicação dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados caracteriza deficiência de fundamentação, em conformidade com o Enunciado Sumular nº 284 do STF". (AgRg no REsp n. 919.239/RJ; Rel. Min. Francisco Falcão; Primeira Turma; DJ de 3/9/2007.)

2. O Tribunal de origem concluiu: "No mérito, trata-se de ação de obrigação de fazer cumulada com pleito indenizatório, através da qual objetivou a autora obstar cobrança pela ré em relação à tarifa de esgoto, serviço não prestado pela concessionária, bem como a repetição, em dobro, dos valores já pagos" (fl. 167, e-STJ).

3. A agravante sustenta não haver na demanda pedido que objetive o cumprimento de obrigação de fazer/não fazer. Decidir de forma contrária ao que ficou expressamente consignado no v. acórdão recorrido, com o objetivo de rever o objeto do pedido deduzido na petição inicial, implica revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 983.543/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 5/5/2017.)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SUPOSTO ERRO MATERIAL. NÃO INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS VIOLADOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. SERVIDOR PÚBLICO. GDAR. TRANSFORMAÇÃO EM VPNI. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.

I - Pretende o agravante o reconhecimento de que a gratificação GDAR, transformada em VPNI, não foi retirada do ordenamento jurídico pela Lei n. 11.784/08 e que sua supressão vai de encontro ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à irredutibilidade de vencimentos.

II - Considera-se deficiente a fundamentação do recurso que deixa de estabelecer, com a precisão necessária, quais os dispositivos de lei federal que considera violados, para sustentar sua irresignação pela alínea a do permissivo constitucional, o que atrai a incidência do enunciado n. 284 da Súmula STF.

III - O Tribunal de origem não analisou o erro material mencionado nas razões recursais, não debateu a suposta afronta ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à irredutibilidade de vencimentos, tampouco examinou a matéria recursal à luz do art. 29 da Lei n. 11.094/05.

IV - Descumprido o necessário e indispensável exame dos dispositivos de lei invocados pelo acórdão recorrido, apto a viabilizar a

Superior Tribunal de Justiça

pretensão recursal da recorrente, de maneira a atrair a incidência dos enunciados n. 282 e n. 356 da Súmula do STF, sobretudo ante a ausência de oposição dos cabíveis embargos declaratórios a fim de suprir os supostos erro material e a contradição do julgado.

V - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp n. 1.597.355/CE, Rel. Ministro Francisco Falcão, DJe 10/3/2017.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ não conheço do recurso especial.

À Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito Público para que corrija a autuação do presente feito, fazendo constar a autora da ação como recorrente.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator